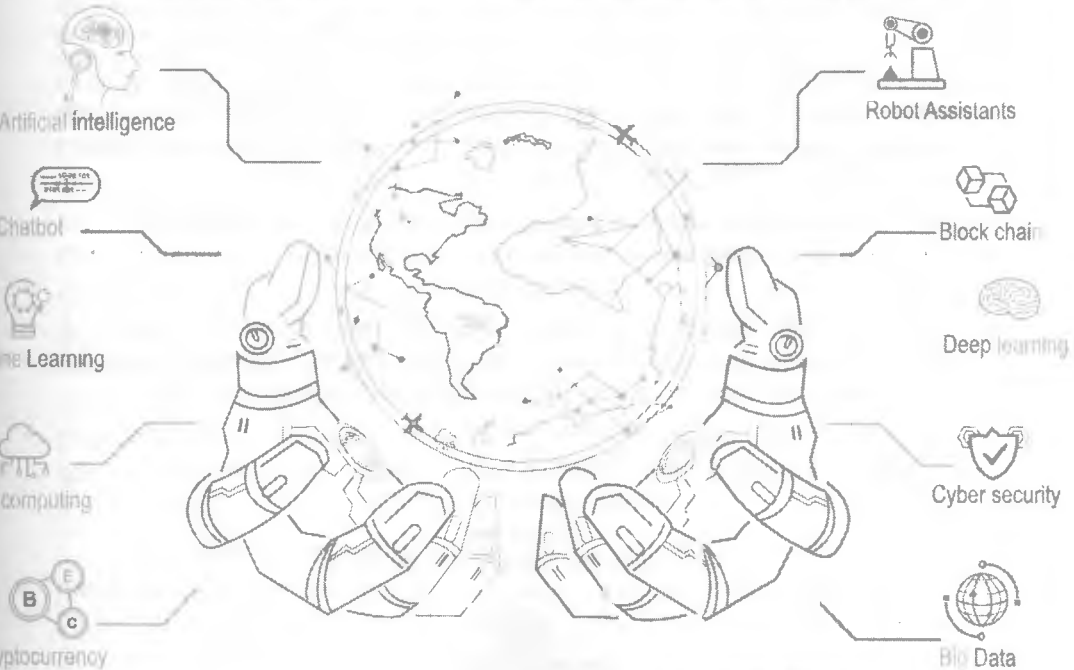


**DIOGO RAIS**  
**FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO**  
Coordenadores

# DIREITO PÚBLICO DIGITAL

O Estado e as novas tecnologias: desafios e soluções



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiários:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Lucas Kfourri

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Direito público digital : o Estado e as novas tecnologias : desafios e soluções / Francisco Octavio de Almeida Prado Filho e Diogo Rais, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-088-9

1. Direito à privacidade 2. Direito público 3. Internet - Legislação - Brasil 4. Proteção de dados pessoais 5. Tecnologia e direito I. Prado Filho, Francisco Octavio de Almeida. II. Rais, Diogo.

20-37503

CDU-342:004

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito público digital 342:004

Cibebe Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	5
<b>Prefácio</b> .....	7
<b>Autoridade Nacional de Proteção de Dados: reflexões funcionais sobre a natureza jurídica de órgão</b> .....	15
<i>Irene Patrícia Nohara</i>	
1. Introdução.....	15
2. Papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	17
3. Criação como órgão da Administração Indireta .....	20
4. Vantagens de uma futura transformação em agência reguladora.....	22
5. Conclusões .....	25
Referências bibliográficas.....	26
<b>Teoria da regulação e governança no direito digital</b> .....	27
<i>Leonardo Scofano Damasceno Peixoto</i>	
Introdução .....	27
1. Teoria econômica francesa da regulação.....	28
2. A quarta revolução industrial e mudanças à vista.....	32
3. Governança ágil e regulação em tempos de tecnologia digital .....	38
Conclusão .....	44
Referências bibliográficas.....	46
<b>Cidades inteligentes e o direito à privacidade, uma discussão necessária</b> .....	47
<i>Francisco Octavio de Almeida Prado Filho</i>	
Introdução .....	47
I. Utilização da tecnologia pelo Poder Público e as Cidades Inteligentes .....	49
II. A Pandemia da COVID-19 e o impulso às novas tecnologias.....	52
III. O Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público na LGPD – Algumas considerações .....	54
Conclusão .....	58

<b>Como compatibilizar a crescente automatização do judiciário com transparência e legitimidade? .....</b>	<b>59</b>
<i>Diogo Rais e Marilda Silveira</i>	
Introdução .....	60
I. Os algoritmos do Poder Judiciário brasileiro e a promessa de eficiência...	60
II. Entre eficiência e transparência: a formação de banco de dados, seus vieses e a centralidade da <i>accountability</i> .....	64
Conclusão .....	69
<b>Cidadania em xeque: entre o interesse público e a proteção de dados pessoais .....</b>	<b>71</b>
<i>Stela Chaves Rocha Sales e Camila Akemi Tsuzuki</i>	
Introdução .....	71
1. Governo digital no <b>Brasil</b> .....	72
2. Desafios da prestação de serviços <b>digitais</b> .....	74
3. A LGPD aplicada à coleta de dados pela administração <b>pública</b> .....	77
4. ANPD: o elo entre a proteção de dados e o interesse público .....	82
Conclusão .....	83
Referências <b>bibliográficas</b> .....	84
<b>Big Data, Inteligência Artificial e Desenvolvimento: o uso efetivo de dados para aplicação e controle de Políticas Públicas .....</b>	<b>87</b>
<i>Beatriz de Oliveira Moraes, Camila Teixeira do Nascimento e Roberta Battisti Pereira</i>	
Introdução .....	88
1. A complementariedade de <i>Big Data</i> e Inteligência Artificial .....	88
2. Controle de Políticas Públicas .....	92
Conclusão .....	95
Referências <b>bibliográficas</b> .....	96
<b>O tratamento de dados biométricos na LGPD: dilemas jurídicos e políticos de seu processamento .....</b>	<b>99</b>
<i>Victor Doering Xavier da Silveira e Alexandre Pacheco da Silva</i>	
Introdução: vigilância e dados biométricos.....	100
1. Vigilância e tratamento de dados biométricos: contexto e debate <b>internacional</b> .....	101
1.1. Dado biométrico enquanto categoria jurídica .....	101
1.2. Arcabouços de vigilância baseados em dados biométricos em jurisdições estrangeiras.....	104
2. O caso brasileiro: estado da arte do debate (e do não debate) .....	106
3. <i>Hard case</i> : ‘Reconhecimento facial’ versus ‘detecção facial’ e os pontos da face enquanto dados pessoais biométricos .....	108
Conclusão: o caminho a ser trilhado.....	111
Referências <b>bibliográficas</b> .....	112

<b>Tecnologia a favor da integridade nas contratações públicas.....</b>	<b>115</b>
<i>Vera Monteiro</i>	
Introdução .....	115
1. Contratações públicas e governo eletrônico na esfera federal .....	117
2. Entes públicos envolvidos nas contratações federais .....	118
2.1. Avaliação sobre a efetividade do sistema .....	121
2.2. O caminho da prevenção, da repressão e da aprovação de novas leis .....	123
2.3. É preciso ir além: monitoramento e governo como plataforma.....	124
<b>A Contratação de Serviços e Infraestrutura de Computação em Nuvem pela Administração Pública Brasileira: entraves jurídicos à modernização estatal .....</b>	<b>127</b>
<i>Mateus Piva Adami e Isabela de Oliveira Parisio</i>	
Introdução .....	128
1. A lógica geral das contratações públicas de serviços de nuvem.....	135
2. O quadro normativo observado nos estados, Distrito Federal e municípios.....	146
Conclusão .....	155
Referências bibliográficas.....	156
<b>Identidades digitais e proteção de dados pessoais: um desafio para o Brasil .....</b>	<b>159</b>
<i>Natalia Langenegger e Fernanda Mascarenhas Marques</i>	
1. Identidades digitais: conceito e benefícios .....	160
2. Desafios e boas práticas na implementação de identidades digitais .....	166
3. Breve panorama legal para a adoção de identidades digitais no Brasil.....	172
3.1. Quais medidas adotadas para reduzir o sub-registro e promover desburocratização? .....	172
3.2. Como a lei brasileira regula o uso compartilhado de dados pessoais pelo governo? .....	177
Conclusão .....	183
Referências bibliográficas.....	184
<b>Vamos teclar para geral saber: Cidadania, Ouvidoria Digital e a Fiscalização de Políticas Públicas por Crianças e Adolescentes ....</b>	<b>187</b>
<i>Michelle Asato Junqueira e Ana Cláudia Pompeu Torezan Andreucci</i>	
Introdução .....	188
1. Participação e direito à voz de crianças e adolescentes como instrumentos de cidadania no Estado Social e Democrático de Direito.....	188

2. Ouvidorias como elementos de fiscalização, controle e melhorias de gestão pública.....	191
3. A tecnologia como elemento de aproximação. Novas experiências. Novas formas de narrar e aproximar .....	194
Considerações finais .....	198
Referências bibliográficas.....	199
<b>A fiscalização do conteúdo postado em redes sociais pelo Poder Público.....</b>	<b>201</b>
<i>Maria Edelvacy Marinho e Tatiana Aguiar</i>	
Introdução .....	202
1. As redes sociais como espaço privado ou público .....	202
2. O uso das informações postadas em redes sociais pela Receita Federal ....	204
3. O uso de redes sociais por magistrados: a ponderação feita pelo CNJ à liberdade de expressão.....	208
3.1. Consequências da adoção do Conceito de Rede Social pela Resolução para o exercício da liberdade de expressão dos magistrados .....	211
3.2. Os limites à liberdade de expressão em razão do significado do conceito atividade político-partidária.....	212
Conclusão .....	214
Referências Bibliográficas .....	215
<b>Do conteúdo do direito à informação em tempos de opacidade... 217</b>	<b>217</b>
<i>Lais Rosa Bertagnoli Loduca</i>	
Introdução .....	217
1. Antecedentes: o caso Trump.....	218
2. Repercussões: os incipientes precedentes brasileiros .....	222
3. Ponderações sobre os direitos à liberdade de expressão e à informação na nova tessitura social .....	225
Referências Bibliográficas.....	227
<b>Público, porém não disponível: os limites de tratamento do dado pessoal público.....</b>	<b>229</b>
<i>Alexandre Pacheco da Silva e Victor Nóbrega Luccas</i>	
1. Privacidade e a proteção de dados pessoais públicos no Brasil.....	230
2. Características do regime de proteção de dados pessoais no Brasil .....	234
3. A posição peculiar do dado pessoal público e as bases legais para o seu tratamento .....	240
4. Ampliação das finalidades públicas versus a exploração econômica de dados públicos: os casos do TSE e da plataforma digital “Tudo Sobre Todos” .....	244
Conclusões.....	253
Referências Bibliográficas .....	254